



PREFEITURA DE SÃO BENTO DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE RECEITA

Nº 726/2014

ALVARÁ - RENOVAÇÃO 2014

A Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, por força da Lei Municipal Nº 140/97 Art. 199 à 207 concede a presente autorização de Localização, Instalação e Funcionamento, de acordo com o despacho exarado no processo para fins de inscrições nos cadastros de:

NOME/RAZÃO SOCIAL C.E. 11887
POSTEFIBRA LTDA ME.
Nome Fantasia
ENDEREÇO
Rua ENGELBERTO STUEBER Nº. 422
COMPLEMENTO: CEP: 89289-470
BAIRRO: LENÇOL UF: SC

ATIVIDADE PRINCIPAL

Código	Descrição
2319200	Fabricação de artigos de vidro

ATIVIDADE SECUNDÁRIA

Código	Descrição
2229302	Fabricação de artefatos de material plástico para usos industriais
2229303	Fabricação de artefatos de material plástico para uso na construção
2330303	Fabricação de artefatos de fibrocimento para uso na construção
2330304	Fabricação de casas pré-moldadas de concreto
2330399	Fabricação de outros artefatos e produtos de concreto, cimento, fibra
4120400	Construção de edifícios
4292801	Montagem de estruturas metálicas
4299501	Construção de instalações esportivas e recreativas
4744099	Comércio varejista de materiais de construção em geral

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

CPF/CNPJ Nº: 17.970.699/0001-15
INSCRIÇÃO MUNICIPAL No.: 18015
Metragem 600

São Bento do Sul(SC), 26 de Agosto de 2014.

AUKIENE ROEPKE
Secretária de Finanças

SECRETARIA MUNICIPAL
FINANÇAS

FIXAR EM LOCAL VISÍVEL

LEI Nº 140, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1997.

"INTRODUZ ALTERAÇÕES E CONSOLIDA O CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, INSTITUÍDO PELA LEI Nº 5172/66, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

A Câmara Municipal de São Bento do Sul aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo seguinte Lei:

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Este Código estabelece o Sistema Tributário Municipal que dispõe sobre os fatos geradores, incidências, contribuintes, responsáveis, bases de cálculo, alíquotas, lançamentos, cobrança e fiscalização dos tributos municipais e estabelece normas gerais de direito fiscal a eles pertinentes.

LIVRO PRIMEIRO

SISTEMA TRIBUTÁRIO MUNICIPAL

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

O Sistema Tributário Municipal é subordinado:

I - à Constituição Federal;

II - ao Código Tributário Nacional, instituído pela Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, e demais Leis Federais complementares e estatutárias de normas gerais de Direito Tributário;

III - às Resoluções do Senado Federal;

IV - à Legislação Estadual, nos limites da respectiva competência.

Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

A natureza jurídica específica do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação, sendo irrelevante para qualificá-la:

I - a denominação e demais características formais adotadas pela lei;

II - a destinação do produto da sua arrecadação.

Os tributos são impostos, taxas e contribuições de melhoria.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES RELATIVAS À INCIDÊNCIA DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO

SEÇÃO I

LOCALIZAÇÃO E INSTALAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS

Art. 207 A localização e instalação de estabelecimentos de produção, comércio, indústria ou de prestação de serviços no Município depende da prévia verificação do cumprimento das normas referidas no art. 199, mediante o pagamento da Taxa de Fiscalização.

Parágrafo Único. Ocorrerá nova cobrança da taxa quando existir mudança de endereço, alteração de área, da atividade ou de razão social que modifique a finalidade original da atividade econômica em exercício.

Art. 208 O cálculo da taxa incidente sobre os serviços prestados pelo Município, relativos à localização e instalação dos estabelecimentos mencionados no artigo anterior, será determinado tendo por base o custo do serviço prestado, apurado segundo os elementos constantes das Tabelas - A e B.

§ 1º Para as atividades constantes da tabela "A", será acrescido o percentual correspondente à área ocupada pelo estabelecimento, fixado na Tabela - C.

§ 2º Na hipótese do inciso I das Tabelas A e B previstas neste artigo o Poder de Polícia ocorrerá pela análise de documentos e informações, compatibilizados com as normas legais disciplinadoras do zoneamento urbano e das posturas municipais.

§ 3º A instalação dos estabelecimentos mencionados neste artigo, cujas atividades se subordinam às normas de controle da vigilância sanitária, além do pagamento da taxa prevista nesta Sessão, sujeitam-se à incidência da Taxa de Vigilância Sanitária.